

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2021

(Da Sra. Vivi Reis)

Requer a convocação do **Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes**, para prestar os devidos esclarecimentos sobre as graves denúncias acerca da não concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família para mais de um milhão de famílias, em meio à crise social e sanitária.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no artigo 50 da Constituição Federal e nos termos do artigo 219 inciso I, §§ 1º e 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação, no âmbito desta comissão, do Excelentíssimo Ministro da Economia, **SR. PAULO GUEDES**, sobre a não concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família para mais de um milhão de famílias, em meio à crise social e sanitária.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 08 de setembro de 2021, vieram novamente à baila graves denúncias de natureza operacional e política referentes ao crescimento socialmente injustificável e economicamente contraproducente da fila de cidadãos aguardando a inclusão no Programa Bolsa Família. Segundo matéria do jornal O Globo, a fila chega a quase 1,2 milhão de famílias, números obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação. Vale destacar que a fila é formada por famílias que atendem a todos os critérios para entrar no programa.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vivi Reis

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211255010100>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Apresentação: 21/09/2021 08:43 - CSSF

REQ n.327/2021

O mais grave é que denúncia recente do jornal Folha de São Paulo revelou que pelo menos 400 mil brasileiros que estavam na fila do Bolsa Família não recebiam o Auxílio Emergencial¹. Trata-se de pessoas que, apesar de já terem superado a burocracia da documentação para o Bolsa Família, portanto comprovadamente abaixo da linha de pobreza e extrema pobreza, estão excluídas de ambos os benefícios.

Tal situação ocorre justamente em um momento em que 117 milhões de pessoas², mais da metade da população, estão em situação de insegurança alimentar. Soma-se a isso o fato de que o desemprego, a subutilização e a informalidade estão registrando recordes na série histórica.

A extrema pobreza ainda figura como um grande problema do nosso país e tudo indica, a partir da política econômica de austeridade do Governo Bolsonaro, que ela deve aumentar substancialmente nos próximos meses.

Como agravante, a dificuldade de acesso de milhões de pessoas ao Programa Bolsa Família se dá a pouco mais de um mês do fim do auxílio emergencial para quase 40 milhões de beneficiários. Pesquisa coordenada pelo diretor da Fundação Getúlio Vargas Social (FGV Social), Marcelo Neri, revela que mesmo com o auxílio emergencial ainda vigente, temos 12,98% da população, ou 27,7 milhões de pessoas, abaixo da linha da pobreza, patamar pior do que antes da pandemia. Os dados revelam um cenário desolador para os próximos meses quando o auxílio emergencial chegar ao fim ao mesmo tempo em que o Programa Bolsa Família sofre com filas injustificáveis.

Na realidade, a formação de filas no Programa Bolsa Família revela fortes indícios de que se trata de mais um instrumento de obstrução deliberada

¹ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/governo-nao-paga-auxilio-a-mais-de-400-mil-na-fila-do-bolsa-familia.shtml>

² Dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan). Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/608097-numero-de-pessoas-com-fome-vai-a-19-milhoes-e-inseguranca-alimentar-dispara-no-brasil>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

(visando a contração fiscal) da concessão dos benefícios referentes ao Programa Bolsa Família a lares devidamente inscritos no Cadastro Único. É absolutamente ilegal e inconstitucional, num momento de grave crise, que o Estado brasileiro deixe desamparado ao menos 400 mil famílias³ – número que tende a subir exponencialmente com o fim do auxílio emergencial.

Inclusive, a proposta de Orçamento para 2022 prevê apenas R\$ 34,7 bilhões para 14,7 milhões de famílias, valor insuficiente não só para ampliar o benefício conforme prometido pelo governo na proposta de alteração do nome do programa para Auxílio Brasil, mas também aquém do necessário para zerar a fila. Com isso, o Auxílio Brasil revela enormes fragilidades mesmo antes de sua implementação, já que pelas regras fiscais atuais e dadas as previsões orçamentárias não há espaço para atingir os objetivos anunciados.

O PSOL nos últimos anos apresentou uma série de iniciativas para a resolução deste grave problema social, como, por exemplo, o Projeto de Lei 6119 de 2019, que visa a resolução estrutural do problema das filas no programa; o Projeto de Fiscalização e Controle 50 de 2019 para a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público; além de pedido de investigação ao TCU.

Diante da situação em que **mais de 1,2 milhão de famílias aguardam a liberação do Programa Bolsa Família mesmo já estando devidamente aptas**, consideramos **urgente** que o Ministro da Economia preste os esclarecimentos necessários perante esta Comissão e, por isso, requeremos às deputadas e aos deputados a aprovação desta convocação.

Sala da Comissão, 20 de setembro de 2021.

Dep. **Vivi Reis**
PSOL/PA

³ Famílias em comprovada situação de vulnerabilidade social que não estão sendo contempladas nem pelo Programa Bolsa Família e nem pelo Auxílio Emergencial.

